



## **A fotografia como fonte de recuperação histórica do Norte do Paraná**

**Larissa Ayumi Sato<sup>1</sup>**

**Mônica Patrícia Costa<sup>2</sup>**

Alunas da Universidade Estadual de Londrina

### **Resumo**

Este trabalho discorre sobre a contribuição da fotografia como fonte de pesquisa para a recuperação da história. Recorta como objeto de estudo a região norte do estado do Paraná, mais especificamente as cidades de Arapongas e Apucarana. Para tanto, adota como procedimentos metodológicos a leitura, interpretação e análise dos elementos da fotografia – como fonte – e a história oral – como complemento – para resgatar aspectos da colonização e da vida cotidiana no passado. Ao final do projeto, espera-se contribuir para a valorização da fotografia enquanto fonte de pesquisa e somar conhecimentos aos já existentes sobre a história da região.

### **Palavras-chave**

Fotografia; História; Fonte de Pesquisa; Arapongas; Apucarana.

---

<sup>1</sup> Residente em Arapongas (PR). Discente do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da Universidade Estadual de Londrina. Bolsista de iniciação científica do projeto de pesquisa *A história de Londrina (década de 40) em textos e imagens*, coordenado pelo Prof. Dr. Paulo César Boni.  
E-mail: lari\_sato@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Residente em Apucarana (PR). Discente do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da Universidade Estadual de Londrina. Bolsista de iniciação científica do projeto de pesquisa *A história de Londrina (década de 40) em textos e imagens*, coordenado pelo Prof. Dr. Paulo César Boni.  
E-mail: monikitacosta@gmail.com

## **Fotografia: a arte de eternizar**

O homem sempre teve o desejo de eternizar sua condição humana, transitória. Sempre quis lembrar-se dos momentos felizes que viveu e de pessoas queridas que estão distantes, ou já morreram. Para isso, na ânsia de apreender o mundo de forma objetiva, inventou a fotografia.

A primeira fotografia, oficialmente aceita como tal, data de 1826 e foi obtida pelo francês Joseph Nicéphore Niepce. Produzida a partir da janela de sua casa, mostrava os telhados de casas vizinhas e, segundo os livros de história, precisou de cerca de oito horas de exposição à luz. Buscando condições financeiras para aperfeiçoar a técnica de fotografar e fixar imagens, Niepce associou-se a Louis-Jacques Mandé Daguerre, em 1829. Morreu em 1833, envolto em experiências sem, no entanto, haver conseguido definir os contornos do processo fotográfico. Daguerre deu continuidade às experiências e, em 1839, apresentou ao mundo o *Daguerreótipo*, um protótipo rudimentar – logo multiplicado e aperfeiçoado – de câmera fotográfica.

Nas sociedades tradicionais, segundo Borges (2005), era costume confeccionar, durante os ritos fúnebres, máscaras mortuárias que tinham como função não apenas guardar os traços do morto, mas também manter sua memória. Expostas em lugares especiais, elas se tornavam sagradas e passavam a funcionar como um substituto da posse da pessoa querida. Sempre que vistas, as máscaras estimulavam lembranças e serviam – em tese – para aplacarem a dor da perda.

Hoje, no mundo moderno, não se constroem mais máscaras em ritos fúnebres. Porém, é comum distribuir fotografias, retratos da pessoa em vida, durante os rituais de reverência à morte, inclusive – e principalmente – na Missa do Sétimo Dia. Essa foi, por muito tempo, a função principal das iconografias: manter viva na memória as lembranças.

No século XX, entretanto, as imagens, mais do que meras formas de recordações, passaram a ser usadas como documentos históricos, fontes de pesquisa para se entender determinada época ou sociedade. Segundo Burke (2004), as fotografias oferecem acesso a aspectos do passado que outras fontes não alcançam, especialmente nos casos em que os textos disponíveis são poucos e ralos. São registros com os quais os historiadores podem estabelecer diálogos, indagá-los e estudá-los. Borges (2005, p.80)



complementa: “Seus discursos sinalizam lógicas diferenciadas de organização do pensamento, de ordenação dos espaços sociais e de medição de tempos culturais.”

Como testemunhos históricos, as imagens podem revelar as maneiras de sentir e pensar de um grupo social, a maneira como a memória coletiva vai sendo construída, criando laços e unindo membros de uma mesma coletividade. Através delas, é possível perceber como homens e mulheres de diferentes épocas se apropriam de seu passado, conjugam-no com seu presente e apontam saídas para o futuro. Portanto, ao analisar uma fotografia, o pesquisador deve fazer as perguntas que caracterizam o início de todos os trabalhos e reflexões: Quando? Onde? Quem? Para quem? Para quê? Como?

A fotografia é, certamente, uma das fontes mais ricas para a recuperação da história. Assim como – ou mais que – os textos documentais, ela informa sobre os cenários, personagens e acontecimentos de uma determinada época. Em razão disso, não pode ser entendida como mera ilustração para deixar o texto mais chamativo ou agradável para o leitor. Apesar de aparentemente mudas, as imagens comunicam, expressam e significam, emergindo como mais um recurso na busca pela sensibilidade histórica.

A questão da objetividade das imagens sempre foi polêmica. Burke (2004) alerta para a armadilha do aparente realismo e das ilusões que a fotografia oferece. É preciso questionar a imagem, saber em que circunstâncias ela foi produzida e quais os propósitos do seu realizador, assim como qualquer outra fonte. Na outra ponta do processo, a objetividade iconográfica pode suscitar questionamentos iconológicos. É aqui que a fotografia melhor se caracteriza como “fonte” de pesquisa.

As iconografias não são exatamente o reflexo direto da realidade, mas também não constituem um sistema de signos independente dessa realidade. Elas ocupam, sim, várias posições entre esses dois extremos. Devem ser entendidas como uma mistura de natureza, técnica e cultura.

A exatidão e a fidelidade das fotografias já não são compatíveis com a realidade a partir do século XX, quando ficou fortalecida a tese de que, por detrás da câmera, há um ou mais indivíduos interessados em divulgar suas intenções sociais e suas visões da realidade. Com as imagens digitais, a partir dos anos 90, o poder de manipulação e montagem das fotografias atingiu seu ápice.

Nesse sentido, Paiva (2004), afirma que a iconografia traz embutidas as escolhas do produtor e todo o contexto no qual foi concebida, mas que constitui um acervo de possibilidades e por isso tem que ser explorada com muito cuidado.

A imagem não se esgota em si mesma. Isto é, há sempre muito mais a ser apreendido além daquilo que é, nela, dado a ler ou a ver. Para o pesquisador da imagem é necessário ir além da dimensão mais visível ou explícita dela. Há, como já disse antes, lacunas, silêncios e códigos que precisam ser decifrados, identificados e compreendidos. (PAIVA, 2004, p.19).

Não são raros os casos em que as fotografias são tomadas como verdade, pois estariam retratando fielmente uma época. Os historiadores não devem se deixar levar por essa armadilha. De acordo com Borges (2005), é importante lembrar que, quanto mais colorida, mais bem traçada, mais pretensamente próxima da realidade, mais perigosa a imagem se torna.

O documento iconográfico se apresenta como fragmento do real, cheio de intenções explícitas ou ocultas, voluntárias ou involuntárias de seus produtores. Cabe ao pesquisador interpretar os sentidos que os atores sociais quiseram atribuir a seus atos. A história se desloca do fato para versões sobre o fato.

Também, quando lidas *a posteriori*, as imagens são reconstruídas. A cada época, aplicam-se à leitura valores do presente, fazendo com que ela possa significar uma coisa diferente. Às imagens, são agregados novos significados e valores.

A história, portanto, não é definitiva. É, sim, resultado das escolhas e dos olhares que os produtores, atores sociais e pesquisadores lançam sobre a fonte. A história é sempre a construção do presente e não do passado.

Um exemplo de como as fotografias podem ser utilizadas como fontes de pesquisa para observação do passado são as imagens do início da colonização das cidades. Os municípios de Apucarana e Arapongas surgiram em meados da década de 1930, no norte do Paraná. A análise de fotografias pertencentes a historiadores e pioneiros destas cidades revela detalhes que se confirmam pelos depoimentos das pessoas que viveram naquela época, mas que nem sempre são lembrados ou descritos em outros tipos de documentos do período.

### **Apucarana: a história sob um novo olhar**

Em 1934, após fundar a cidade de Londrina, a Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP, que colonizou toda a região norte do Paraná, decidiu abrir o patrimônio de Apucarana, enviando para lá o Sr. Benevides Mesquita. A colonizadora não tinha por

objetivo investir capital nesse novo povoamento; desejava apenas criar um pólo intermediário e convergente da produção agrícola, para abastecer os núcleos maiores que ficavam (ou ficariam, pois nem todos ainda estavam fundados) a uma distância de cem quilômetros, aproximadamente, uns dos outros.

O nome *Apócaaranã* foi dado pelos índios Caigangues que viviam no local. A versão normalmente aceita é a tradução feita pelo dialeto dos *Guaianazes*, que significava “*imensa floresta elevada*” ou “*base de floresta imensa*”. O nome deve-se à condição natural da região, o alto de uma serra coberto por densas florestas. Os pioneiros adotaram e popularizaram o nome, adaptando-o para Apucarana.

Embora tenha sido projetada como um pequeno núcleo de abastecimento, a cidade logo superou todas as previsões e expectativas, graças ao trabalho e ao idealismo de seus primeiros moradores, e principalmente do “boom” cafeeiro do período 1940/60 e do fenômeno de explosão demográfica que caracterizou toda a região nesse período.

Na foto abaixo (Figura 1), vê-se a jardineira, veículo que trouxe os primeiros colonizadores a Apucarana. Eles normalmente vinham de Londrina (distante 50 km de Apucarana), sede da CTNP, onde chegavam para fechar negócio – comprar um lote de terras.



*Figura 1 – Pioneiros chegam a Apucarana*

*Foto: José de Oliveira Rosa*

O impulso inicial que motivou o deslocamento de crescentes contingentes populacionais de todas as regiões do país, em busca do norte do Paraná, foi sua condição de novo “Eldorado”. O espírito pioneiro e empreendedor nasceu desta contingência e desta motivação: a abertura de oportunidade de progresso individual, dependente da coragem de explorar terras virgens e de iniciar o cultivo de um produto que somente depois de alguns anos poderia produzir rendimentos – o café.

A política da Companhia de Terras, de divisão da área colonizada em pequenas propriedades, oferecia à maioria das famílias, a possibilidade de possuir, pela primeira vez, a terra a plantar. Segundo Boni (2004) boa parte dos migrantes – e imigrantes – era constituída de ex-empregados das lavouras de café dos estados de São Paulo e Minas Gerais onde, com muito sacrifício e privações haviam feito um pequeno “pé de meia”. Suas economias, no entanto, ainda eram insuficiente para comprar um pedaço de terras nesses estados – onde o preço da terra estava supervalorizado, mas bastavam para adquirir um lote de terras e tentar “fazer a vida” num lugar novo.

Com a assinatura do Decreto Lei Nº 199, de 30 de dezembro de 1943, pelo então interventor Manoel Ribas, foram criados simultaneamente o município de Apucarana, desmembrado do de Londrina, e a comarca, cuja jurisdição se estendia até as barrancas do rio Paraná, no extremo noroeste do estado.

A instalação do município se deu no dia 28 de janeiro de 1944, sendo o primeiro prefeito o 1º Tenente Luiz José dos Santos, e a da comarca no dia 19 de abril de 1944, pelo Dr. Guilherme da Mota Correia. O primeiro Juiz de Direito de Apucarana foi o Dr. Antonio Franco Ferreira da Costa. O primeiro Fórum foi instalado numa rústica casa de madeira, que ficava na avenida Munhoz da Rocha, onde permaneceu até a construção de um prédio mais amplo, em alvenaria, na Praça Rui Barbosa. Inaugurado em 19 de abril de 1953, recebeu a denominação de *Fórum Desembargador Clotário Portugal*.

Em dezembro de 1937 foi realizada a primeira missa em Apucarana. Ainda não havia igreja e o padre Carlos Dietz, vindo de Londrina, fez a celebração num descampado, no centro do povoado. Na ocasião o pioneiro José de Oliveira Rosa cedeu um quadro de Nossa Senhora de Lourdes, santa que se tornaria a padroeira do município. Os pioneiros, de maioria católica, de imediato se mobilizaram para a construção da primeira igreja da localidade. Era uma construção pequena, em madeira (Figura 2), num terreno doado pela Companhia de Terras. Em 1941, um forte vendaval destelhou e comprometeu parte da frágil estrutura do prédio. Foi preciso construir uma nova igreja.



Figura 2 - Primeira igreja: derrubada pelo vento em 1941

Acervo: *Jornal Portal*

A nova igreja, ainda de madeira, foi construída em 1944, no mesmo local da anterior. Mas a população não ficou satisfeita e mobilizou-se para a construção de um templo em alvenaria: a catedral de Apucarana que começou a ser edificada na década de 50. A Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, a primeira da cidade, foi criada em 8 de dezembro de 1943, pelo então Bispo da Diocese de Jacarezinho, Dom Ernesto de Paula. Ela foi instalada em instalada em 18 de março de 1944; seu primeiro vigário foi o padre Francisco Korner.

O GERA – Grêmio Esportivo Recreativo de Apucarana, foi fundado bem antes da emancipação do município, o que evidencia que os pioneiros tinham uma certa “queda” pelo futebol. E não sem justa causa: o norte do Paraná foi colonizado por uma maioria de paulistas, que até hoje torcem mais para os times paulistas (notadamente Corinthians, Palmeiras, Santos e São Paulo) que para os paranaenses. Os primeiros jogos eram realizados onde hoje é a Praça Rui Barbosa. Só muito mais tarde é que as partidas ganharam um local apropriado, o Estádio Bom Jesus da Lapa.

Wilde Borghi Formigoni, nascida em Taquaritinga, foi a primeira professora de Apucarana (Figura 3), embora não fosse portadora de diploma. Havia muitas dificuldades para lecionar, não existiam carteiras, quadro negro, nem material. As aulas eram ministradas, a princípio, em sua própria casa, com os alunos sentados em caixotes.



Figura 3 – Wilde Formigoni e suas alunas, num desfile de Sete de Setembro

Acervo: *Jornal Portal*

As dificuldades enfrentadas pela professora Wilde para alfabetizar as crianças não foram em vão. Sua dedicação sempre foi citada como exemplo e possivelmente tenha influenciado decisões de autoridades constituídas. Hoje, seis décadas depois, Apucarana é conhecida como *cidade educação*, além de sustentar os títulos de *cidade alta* e *capital do boné*. A população está na casa dos 115 mil habitantes e a cidade conta com três faculdades. A agricultura é diversificada, a indústria, o comércio e a prestação de serviços são fortes. Muita coisa mudou nesses 63 anos de história.

### **Arapongas: a busca pela história ainda não revelada**

Tanto quanto Apucarana, a vizinha Arapongas também se emancipou de Londrina. De acordo com dados da Companhia de Terras Norte do Paraná, a cidade foi fundada por Willie da Fonseca Brabazon Davids, que era um de seus diretores. Em 16 de abril de 1935, o senhor René Cellot comprou o primeiro lote urbano de Arapongas e construiu a primeira casa da localidade.

O nome do município se deve a Elizabeth Thomas, Arthur Thomas e Erwin Fröhlich que, ao observarem uma ave nativa com canto de som metálico (a araponga), decidiram atribuir seu nome ao povoado.

As fotografias do período inicial da *cidade dos pássaros* – todas as ruas de Arapongas têm nomes de aves – são importantes mídias visuais de sua recuperação histórica. Muito do cotidiano do trabalho árduo, das dificuldades enfrentadas pela falta de infra-estrutura urbana, das manifestações civis, religiosas e festivas do início da cidade foi recuperado e pode ser acrescido ou (re)contado tendo as fotografias como fonte de pesquisa.

A fotografia a seguir (Figura 4) é praticamente a “certidão de nascimento” de Arapongas. Nela vê-se a primeira expedição vinda à localidade, em 1934. Percebe-se a incidência abundante de araucárias (a árvore símbolo do estado do Paraná), hoje em preocupante fase de extinção dado ao desmatamento preliminar para a construção de cidades e constituição de lavouras e à exploração comercial – e predatória – da madeira.

O meio de transporte era a jardineira, apelidada carinhosamente de “catita”, espécie de ônibus que transportou pessoas durante vários anos nesta região. Pode-se constatar que a mata atlântica ainda era predominante no cenário. Também é interessante notar que não há mulheres na fotografia da expedição pioneira. De acordo com as relações de gênero e costumes da época, os homens vinham primeiro – em grupos – para avaliar e desbravar o local para, só depois, trazerem suas famílias.



*Figura 4 – Primeira expedição de interessados em comprar terras na região de Arapongas*

*Acervo: Maria Edna Grassano*

Em 1936, o pioneiro Mário Rodrigues mandou fazer fotografias de sua família, já devidamente instalada em Arapongas (Figura 5). Nesta fotografia é possível observar a presença de animais domésticos, especialmente o cão, que representava um suporte de segurança para seus donos, e galinhas, fonte de carne e ovos para a alimentação. Também é possível observar, ao fundo, indícios de cultura de subsistência. Nesse momento, o pioneiro e sua esposa já contavam com quatro filhos.



*Figura 5 – O pioneiro Mário Rodrigues e família, em 1936*

*Acervo : Maria Edna Grassano*

Normalmente, as primeiras edificações de um povoado emergente são de interesses particulares: as casas para abrigo da família e de grupos de trabalhadores. Na região norte do Paraná, a primeira edificação coletiva quase sempre era uma igreja. Em Arapongas não foi diferente: em 1937 foi erguida a primeira igreja católica da cidade. O primeiro padre foi Albert Rudolf.

A principal avenida da cidade, larga, asfaltada, repleta de estabelecimentos comerciais e prédios residenciais, na década de 30, era praticamente uma estrada de terra. Uma imagem da época mostra um carro, provavelmente um Ford que trouxe muitas famílias para morar em Arapongas. Nota-se que não há, ainda, muitas casas no povoado. Detalhe interessante de notar é que as mulheres da década de 30 – todas, inclusive as meninas – usavam saias.

O Sr. José Chiappin e sua esposa são pioneiros de Arapongas. Já na década de 1930, o casal já possuía uma propriedade rural (Figura 6) e criava gado. A casa foi construída com madeira derrubada no local. Nota-se a existência de uma clareira no local. Isso era prática comum: os pioneiros chegavam, derrubavam a mata, aproveitavam a madeira para construir casas, paióis, estábulos e chiqueiros, e plantavam no descampado. Essa prática, ao longo das décadas e por todas as regiões, comprometeu perigosamente a mata atlântica do estado do Paraná.



Figura 6 – Propriedade rural do Sr. José Chiappin, na década de 30

Acervo: Maria Edna Grassano

### **Considerações finais**

As fotografias constituem importantes mídias de recuperação histórica. No norte do Paraná (provavelmente seja em todos os lugares, mas o projeto do qual participamos pesquisa apenas Londrina e região), além de suportes documentais, elas têm se transformado em importantes fontes de pesquisa histórica. Por meio de fotografias (em acervos particulares ou disponibilizadas em museus e/ou centros de estudo) está sendo possível contar, confirmar, rever, acrescer ou dirimir dúvidas da história.

A recuperação dessas fotografias, especialmente as que ainda estão em mãos de particulares, é de fundamental importância para o resgate, preservação e democratização da história. Constitui uma luta em busca da história ainda não revelada, pois elas são importantes documentos iconográficos – e fontes de pesquisa – de uma época em que, como alerta Boni (2004), ninguém estava preocupado em preservar a memória para o futuro e sim em sobreviver.

Com o desenvolvimento do projeto foi possível observar que as imagens fotográficas estão ganhando força como fontes de pesquisa sobre os hábitos, costumes, cenários e histórias individuais ou coletivas do passado. A observação de detalhes presentes nestas fotografias permite – bem mais próximas do que as palavras poderiam descrever – a recuperação de referências do passado. A importância do resgate e conservação das imagens do passado é fundamental para a preservação da memória e para que as gerações – atual e vindouras – não deixem de conhecer a formação das cidades em que vivem.

### **Referências bibliográficas**



BONI, Paulo César. **Fincando estacas!** A história de Londrina (década de 30) em textos e imagens. Londrina: Edição do autor, 2004.

BORGES, Maria Elisa Linhares. **História & fotografia.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular:** história e imagem. Bauru: Edusc, 2004.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná:** publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. São Paulo: Edanee, 1975.

FORMIGHONI, Wilde Borghi. Pioneira da cidade de Apucarana, onde chegou em 1936. **Depoimento gravado em 04/01/1978.**

PAIVA, Eduardo França. **História & imagens.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOUZA, Naici Vasconcelos de. **Exortação a Araçongas.** Fundação Projeto do Resgate da Memória Histórica de Araçongas – Vol.1. Araçongas: Aleluia, 2000.